

# O desenvolvimentismo no Brasil de hoje

No conceito de desenvolvimentismo de Pedro Cezar Dutra Fonseca<sup>1</sup> há uma série de elementos que se devem considerar como centrais ao Brasil atual. Há a necessidade de políticas econômicas (o mercado entendido, assim, como insuficiente, em termos teóricos e empíricos, para o desenvolvimento econômico), sendo o Estado instituição essencial, como agente da ação social, com um governo que elabora e executa uma estratégia para reverter o *status quo* (portanto, promovendo intencionalmente a mudança estrutural). O objetivo é, sob a liderança do setor industrial, alcançar maior produção e produtividade, com difusão de progresso técnico, de forma a transformar a sociedade a partir de um projeto de futuro (ou seja, de uma ideologia inconformada com a realidade vigente), em uma economia de mercado (logo, com níveis adequados de rentabilidade).

A partir dessa concepção, um primeiro ponto a se destacar é a necessidade de um Estado capaz, com um governo com suficiente força política e econômica. Isso inclui a obrigação do mesmo de propor e de executar estratégias de desenvolvimento e macroeconômicas coerentes, interagindo com agentes relevantes. Financeiramente, o Estado precisa estar relativamente saneado, de forma a poder tomar iniciativas, inclusive contracíclicas no curto prazo, mas também para ampliar e financiar gastos de investimento. Ou seja, precisa privilegiar a liberdade de ação de longo prazo, assim como a liberdade de ação coletiva, em contradição com a liberdade absoluta de ação individual no mercado.

Observe-se que, mesmo de um ponto de vista liberal, o Estado precisa ser forte, tanto para fazer os investimentos governamentais nos casos de falhas de mercado, como a partir da noção de credibilidade. E a melhor forma de adquirir credibilidade é sua capacidade de liderança. Ou seja, este Estado precisa ser capaz de liderar um projeto de desenvolvimento, de definir estratégias para alcançar esse fim, de criar instrumentos institucionais e de administrar os conflitos inerentes ao processo de mudança estrutural. Resumidamente, a capacidade de planejamento deve ser forte.

A taxa de investimento da economia brasileira tem sido muito baixa, insuficiente para um processo de *catching up*, comparando-se com outros países. Assim, um objetivo prioritário de uma política de desenvolvimento deve ser a elevação dessa taxa. Além disso, a taxa de investimentos governamentais é pequena, devendo avançar muito, principalmente em infraestrutura. Esse objetivo deve ser alcançado em parceria com os investimentos privados. Neste sentido, o Sistema Nacional de Fomento possui um papel fundamental de alavancagem.

O setor industrial sempre é prioritário em um processo de desenvolvimento, tendo em vista os efeitos de encadeamento para a frente e para trás nas cadeias produtivas (incluindo os crescentes encadeamentos entre indústria e serviços de alta qualificação), por suas maiores economias de escala e de escopo, pela sua maior intensidade de inovação, pelos seus mais consistentes impactos no sentido de liberar restrições de Balanço de Pagamentos, além de proporcionar maior potencial de integração regional. Ou seja, o que leva ao desenvolvimento como um todo é a mudança da estrutura produtiva no sentido de construção de uma indústria madura, com capacidade de inovação e de inserção internacional dinâmica.

**O Estado precisa ser forte, tanto para fazer os investimentos governamentais nos casos de falhas de mercado, como a partir da noção de credibilidade.**

As empresas estatais devem ser consideradas instrumentos essenciais no projeto de desenvolvimento, pois dinamizam setores estratégicos, têm capacidade de realização de grandes blocos de investimentos, podem estimular fortemente cadeias produtivas, são instrumentos do mecanismo básico de compras governamentais (importante para viabilizar a capacidade inovadora de terceiros), são elas próprias fundamentais para aumentar a taxa de inovação da economia, além de instrumentos de política regional.

Na maioria dos países hoje desenvolvidos e nos que estão em processo acelerado de desenvolvimento, as grandes empresas (públicas ou privadas) tiveram e têm papel central. Isso ocorre porque elas possuem elevada capacidade de investimentos, de inovação e de estimular cadeias produtivas, além de serem as maiores exportadoras em mercados menos voláteis. Internacionalmente, a capacidade de criar e comandar cadeias globais de valor está nas mãos de grandes grupos econômicos.

Possuir uma economia dominada por empresas multinacionais, como o Brasil, gera produção e modernização, mas não capacidade de aprendizado e capacitações para inovações e, com isso, para exportações dinâmicas. Esses elementos são produzidos por empresas nacionais. Não por acaso, os principais países do leste asiático constituem seus próprios grandes grupos econômicos, com capacidade de expansão internacional criadora de comércio e de cadeias de valor. Assim, um objetivo de política econômica, certamente complexo, deve ser estimular grupos industriais nacionais. As micro, pequenas e médias empresas possuem papel muito importante, na maioria dos setores econômicos, por sua permeabilidade e capacidade de gerar empregos. Mas também, e fundamentalmente, trabalhando em redes com grandes empresas.

Para que as políticas de longo prazo (industrial, tecnológica e de comércio exterior, mais os investimentos em infraestrutura) funcionem adequadamente como geradores de crescimento, é necessário que as políticas macroeconômicas de curto prazo estejam em sintonia. Para que a produção seja prioridade, é necessário que o processo de financeirização seja controlado, pois esse amplifica atividades rentistas que passam a comandar a economia.

O Brasil possui um problema grave de contradição entre políticas de curto e longo prazo. O tripé macroeconômico impede um ajuste adequado dos preços básicos (taxa de lucro, taxa de juros, taxa de

câmbio, taxa de salários e taxa de inflação). Especificamente sobre a taxa de câmbio, a experiência recente dos países do leste asiático mostra que nenhum país que almeja o *catch up* pode admitir essa taxa como variável de ajuste. O regime de metas de inflação e de metas de superávit primário é o verdadeiro elemento de rigidez que bloqueia a possibilidade de políticas de longo prazo. E isso traz, por consequência, problemas de curto prazo, impedindo o adequado equilíbrio macroeconômico. Assim, é necessário um novo regime macroeconômico, que permita melhor desempenho de curto e de longo prazo, abandonando-se o fetiche do regime do tripé.

Além disso, é básica a adoção de uma reforma tributária que diminua os custos de produção, com menor tributação indireta, compensada por maior tributação direta. Essa reforma deve ter também um caráter redistributivo, conectando os objetivos econômicos aos políticos e sociais.

Investimentos geradores de crescimento necessitam de lucratividade adequada. Para isso, os preços básicos devem estar razoavelmente ajustados ao longo do tempo. Mas, além disso, são necessárias políticas de longo prazo, incluindo os investimentos governamentais e das estatais, com seu efeito *crowding in*, fazendo surgir novas oportunidades de lucro e “criando mercados”.

Por fim, deve-se levar em conta que o crescimento econômico provoca impactos distributivos concentradores. Como o desenvolvimento econômico deve promover melhorias sociais, políticas redistributivas se impõem, tanto de renda quanto de riqueza. Do mesmo modo que as políticas industriais devem ser coerentes com as políticas macroeconômicas, as políticas sociais devem ser compatibilizadas com as políticas econômicas de curto e de longo prazo, e devem ser executadas concomitantemente ao crescimento econômico. \_\_\_\_\_

<sup>1</sup> FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: DATHEIN, R. (Org.). *Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas e as políticas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.



Arquivo Pessoal

#### **RICARDO DATHEIN**

*Economista, doutor em Economia pelo IE/Unicamp, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*